

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, EM 2
SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO – CELPE**

Pelo presente instrumento particular,

1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, companhia aberta com sede no Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida João de Barros, 111, Bairro Boa Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “**Emissora**”);

e

2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, Nº 4.200 Sala 514 - Bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados “**Agente Fiduciário**” e “**Debenturistas**”, respectivamente),

(doravante denominadas, conjuntamente “**Partes**”),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, em 2 Séries, para distribuição pública, da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE” (“**Escritura**”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

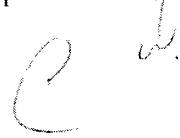
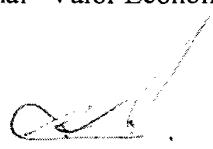
CAPÍTULO I – DA AUTORIZAÇÃO

I.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08 de julho de 2005 (“**AGE**”). O Conselho Fiscal da Emissora manifestou-se favoravelmente à emissão objeto desta Escritura em reunião realizada em 30 de junho de 2005.

CAPÍTULO II – DOS REQUISITOS

II.1. A 2ª (segunda) emissão de debêntures Não Conversíveis em Ações, Quirografárias (doravante denominadas a “**Emissão**” e as “**Debêntures**”), pela Emissora, é feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, e será publicada no “Diário Oficial do Estado de Pernambuco” e no jornal “Valor Econômico”.



PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores (“Lei nº 6.404/76”), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução nº 400/03”), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.3.1. A Emissão será realizada no âmbito do 1º Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na CVM e valor de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) (“Programa”). O Programa foi arquivado na CVM nos termos da Instrução nº 400/03, em 23 de junho de 2005, sob o nº CVM/SRE/PRO/2005/0010. A Emissão é a primeira emissão de debêntures realizada no âmbito do Programa.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. Foi solicitada aprovação da presente Emissão à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”), em 20 de junho de 2005, por meio da carta nº SFI – 037/2005.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo a subscrição liquidada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”).

II.1.6. Registro para negociação secundária. Foi solicitado registro para negociação das Debêntures no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e/ou no Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (“BOVESPA”), sendo a negociação e a liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), observando as normas e procedimentos de negociação de tal sistema.

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 16 de janeiro de 2002 (“Código de Auto-Regulação” e “ANBID”, respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do vigente Código de Auto-Regulação, pela instituição intermediária líder da Emissão (“Instituição Líder”), conforme definido no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, sob Regime de Garantia Firme de Colocação de Debêntures, em 2 Séries, da 2ª Emissão da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE” (“Contrato de Distribuição”),

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

celebrado entre a Emissora e as Instituições Intermediárias da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

III.1. Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, consuir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

IV.1. Observada a forma de integralização prevista na Cláusula V.15, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para o pré-pagamento (i) de financiamentos em reais, no montante de aproximadamente R\$ 353.000.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões de reais), e (ii) de financiamentos em dólar, no montante de aproximadamente o equivalente a R\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais).

CAPÍTULO V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a primeira a ser feita no âmbito do Programa.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.12, sendo R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na 1ª série da Emissão e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na 2ª série da Emissão.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures (“**Valor Nominal Unitário**”) será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

V.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado, conforme o disposto na Cláusula V.17.2.1 abaixo.

V.5. Número de séries. As Debêntures serão emitidas em 2 séries (“**Debêntures da 1ª Série**” e “**Debêntures da 2ª Série**”).

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

V.5.1. As Debêntures da 1ª Série deverão ser totalmente colocadas ou canceladas antes da emissão, pela Companhia, das Debêntures da 2ª Série.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 43.000 (quarenta e três mil) Debêntures, sendo, 40.000 (quarenta mil) Debêntures da 1ª Série, e 3.000 (três mil) Debêntures da 2ª Série, podendo ser emitidas Debêntures Adicionais, de acordo com a cláusula V.6.1.

V.6.1. Aumento do valor total da Emissão a critério da Emissora. Nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03, e do Contrato de Distribuição, a Emissora poderá, a seu critério e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da Emissão, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas em montante que não exceda 20% (vinte por cento) do valor da Emissão ("**Debêntures Adicionais**").

V.6.1.1. A eventual colocação das Debêntures Adicionais deverá ser deliberada pelo Conselho de Administração da Emissora, e a presente Escritura será aditada com vistas a refletir o novo valor total da Emissão e da quantidade de Debêntures emitidas, devendo o Agente Fiduciário celebrar referido aditamento independente de qualquer outra formalidade ou convocação dos titulares das Debêntures, os quais, no momento da subscrição, consignam expressa aprovação à adoção desse procedimento.

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("**Instituição Depositária**"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.8. Conversibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.9. Espécie. As Debêntures serão quirografárias, sem garantia.

V.10. Limite da Emissão.

V.10.1 A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme abaixo definida) era de R\$ 590.173.759,39 (quinhentos e noventa milhões, cento e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a outras debêntures de emissão da Emissora em circulação na Data de Emissão, era de R\$ 537.585.000,00 (quinhentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta, e cinco mil reais).

V.11. Distribuição e Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo distribuídas sob regime de garantia firme, exceto pelas Debêntures Adicionais, que,

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

se for o caso, serão distribuídas sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, observados os termos e condições estipulados no Contrato de Distribuição, os quais se encontram descritos no Suplemento e no Prospecto (conforme abaixo definido).

V.11.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da oferta e a disponibilização do Prospecto e do Suplemento aos investidores.

V.11.2. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.11.3. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da oferta, durante o prazo de colocação em Garantia Firme, conforme determinado no Contrato de Distribuição.

V.11.4. Público Alvo. A Emissão será destinada a investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

V.12. Data de emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 1º de agosto de 2005 (“**Data de Emissão**”).

V.13. Prazo e data de vencimento. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de agosto de 2010 (“**Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**”). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de agosto de 2011 (“**Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**”).

V.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva série da Debênture, conforme definido na Cláusula V.17, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.15.

V.15. Prazo e Formas de subscrição e integralização. As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública informado no Prospecto e no anúncio de início da oferta. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição (“**Data de Integralização**”), em moeda corrente nacional.

V.16. Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora conforme segue:

- (a) —As Debêntures da 1ª Série serão amortizadas em sete parcelas semestrais iguais a vencerem, respectivamente, ao final do 24º mês, 30º mês, 36º mês, 42º mês, 48º mês, 54º mês e 60º mês subsequentes à Data de Emissão; e

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

- (b) As Debêntures da 2ª Série serão integralmente amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

V.17. Remuneração. As Debêntures serão remuneradas de acordo com as seguintes condições:

V.17.1. **Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros correspondentes à acumulação da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extra-grupo ("**Taxa DI**"), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread* máximo ou sobretaxa máxima ("**Spread das Debêntures da 1ª Série**") de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos), base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula expressa na Cláusula V.17.1.2 (*Spread das Debêntures da 1ª Série*, em conjunto com a Taxa DI, denominados "**Remuneração das Debêntures da 1ª Série**").

V.17.1.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

V.17.1.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [1 + FatorDI \times FatorSpread - 1]$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = *Spread* das Debêntures da 1ª Série ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Remuneração, sendo " n " um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro; e

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro.

V.17.1.2.1. O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.17.1.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

V.17.1.2.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.2.4. Considera-se o resultado da multiplicação (“Fator DI” x “Fator Spread”) com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

V.17.1.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.17.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures da 1ª Série, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.17.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa DI. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.1 e seguintes, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures da 1ª Série, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

V.17.1.5.1. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures da 1ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 1ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (aplicando-se a última Taxa DI divulgada) devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer por último. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

V.17.2. **Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração:

V.17.2.1 Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado a partir da Data de Emissão monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“**IGP-M**”),

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

calculado por dias úteis, de forma *pro rata temporis*, se necessário, desde a Data de Emissão até a data do respectivo pagamento ("**Atualização Monetária da 2ª Série**"); e

V.17.2.2 Juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("**Juros Remuneratórios da 2ª Série**" e, em conjunto com a Atualização Monetária da 2ª Série, "**Remuneração das Debêntures da 2ª Série**").

V.17.2.3 a Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverá ser calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

(a) Atualização Monetária da 2ª Série: a Atualização Monetária da 2ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal na Data de Emissão, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais);

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}, \text{ onde:}$$

NI₀ = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização. Considera-se mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da Debênture ou o dia informado como referência para utilização do índice;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo “dut” um número inteiro;

Caso no mês de atualização o número-índice do IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.

O número-índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Observações:

1) Os fatores resultantes das expressão $\left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dut_n}{dut_n}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.

2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

(b) Juros Remuneratórios da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa ao ano de 10,95% (dez inteiros e noventa e cinco centésimos por cento). Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, em cada data de vencimento dos Juros Remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais,

N = número de dias representativo do *spread*, de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, sendo “N” um número inteiro;

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data de evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro; e

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

V.17.3. Na data em que ocorrer a subscrição das Debêntures da 2ª Série, e somente para fins de apuração do Preço de Subscrição definido na Cláusula V.15, caso não haja apuração e/ou divulgação do IGP-M referente ao mês em que a subscrição das Debêntures da 2ª Série estiver sendo realizada, deverá ser utilizada para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, a última projeção de IGP-M da ANDIMA, conforme prévia divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, disponível no endereço da rede mundial de computadores “www.andima.com.br”, ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

V.17.4. A aplicação do IGP-M será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

V.17.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver apuração e/ou divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não apuração e/ou divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado o índice que vier a ser determinado como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes ao IGP-M. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes ao IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.2.1 e seguintes, o último IGP-M divulgado acrescido do *Spread* das Debêntures da 2ª Série, conforme definido na Cláusula V.18.6.

V.17.5.1. Caso não haja acordo sobre o novo índice de Atualização entre titulares das Debêntures da 2ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 2ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Nesta

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios conforme definido e estabelecidos na forma da Cláusula V.17.6. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

V.17.6. Entende-se por período de capitalização (**“Período de Capitalização”**) o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão, inclusive, e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração, exclusive. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.18. Periodicidade do Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será paga da seguinte forma:

V.18.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 01 de fevereiro de 2006 e o último em 01 de agosto de 2010. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 1ª Série, os titulares das Debêntures da 1ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.18.2. A Atualização Monetária da 2ª Série será paga em uma única parcela na Data de Vencimento da 2ª Série, conforme previsto no item V.13 acima; e (b) os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos em 6 (seis) parcelas anuais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2006 e o último, na Data de Vencimento da 2ª Série. Os titulares das Debêntures da 2ª Série farão jus à Remuneração das Debêntures da 2ª Série ao final do dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

V.19. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela CBLC, ou por meio da Instituição Depositária, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.20. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e depositário das Debêntures será o Banco Itaú S.A.

V.21. Fundo de amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.22. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* da série da Debênture adquirida, devida até a data de aquisição e

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

ainda não paga aos debenturistas, desde que observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

V.22.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.

V.23. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.24. Resgate antecipado facultativo. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série em circulação, a qualquer momento, a partir do primeiro dia útil do 25º mês contado da Data de Emissão, nos termos da competente deliberação de seu Conselho de Administração e mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando a data (“**Data de Resgate**”) e o procedimento de resgate.

V.24.1. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, e o seu correspondente valor resultará da multiplicação do número de Debêntures objeto do resgate pelo Valor Nominal Unitário diminuído da parcela que já tenha sido amortizada, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio apurado de acordo com a fórmula descrita abaixo:

$$\text{Prêmio} = P' * \text{Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Resgate}$$
$$P' = P * (\text{DD} / \text{TDC})$$

Onde:

P = 1,00%

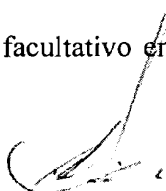
DD = é o número de dias corridos contados da Data de Resgate, inclusive, até a data de vencimento das Debêntures exclusive.

TDC = é o número de dias corridos a decorrer da data do final do período de carência, ou seja de 1º de setembro de 2007, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série exclusive.

V.24.2. Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, as Debêntures serão resgatadas de forma *pro rateada* entre todos os titulares de Debêntures e eventual saldo que não possa ser alocado no critério *pro rata* acima referido será resgatado por meio de sorteio, a ser realizado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na presença do Agente Fiduciário.

V.24.3. As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

V.24.4. Não haverá resgate antecipado facultativo em relação às Debêntures da 2ª Série.



PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

V.25. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração de cada uma das séries das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**").

V.26. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP ou da CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

V.27. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.25, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

V.28. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Valor Econômico", informados nas Informações Anuais – IAN, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.celpe.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, na página na rede mundial de computadores da Emissora acima indicada.

V.29. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.30. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CFLPE

constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

Avenida João de Barros, 111, Sala 702, Boa Vista

Recife – Pernambuco

CEP: 50.050-902

At. Luiz Torres

Telefone: (81) 3217-5848

Fac-símile: (81) 3217-5253

E-mail: luiztorres@celpe.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. -

Avenida das Américas, 4200, sala 514

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At. Sr. Maurício Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

c. Para a Instituição Depositária:

BANCO ITAÚ S.A.

Av. Eng. Armando Arruda Pereira, nº 707, 9º andar, Torre Eudoro Vilella

CEP: 04309-010

At. Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1963

Fac-símile: (11) 5029-1917

E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

CAPÍTULO VI – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VI.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula VI.4, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CFLPE

ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses.

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora; (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (v) se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vi) liquidação ou dissolução da Emissora;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- d. término antecipado, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 026/2000, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 30 de março de 2000, conforme aditado em 11 de dezembro de 2001, em 31 de março de 2005 e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica (“Contrato de Concessão”);
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e
- g. protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) for suspenso.

VI.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado por decisão de Assembléia Geral de Debenturistas. Observado o disposto na Cláusula VI.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

quorum específico estabelecido na Cláusula VI.3, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas abaixo :

- a. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação a que esteja sujeita nos termos desta Escritura, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário da Emissão;
- b. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possam vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura da Emissão, a exclusivo critério dos debenturistas;
- c. alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim aprovelem referida alteração;
- d. advento de alteração no objeto social da Emissora que descaracterize a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pela Emissora;
- e. não observância a cada trimestre dos limites dos índices financeiros de “Dívida Líquida / EBITDA” não superior a 3,00 (três inteiros); e de “EBITDA / Resultado Financeiro” não inferior a 2,00 (dois inteiros) que deverão ser apurados ao final de cada trimestre fiscal:
 - e.1. Em caso de descumprimento dos índices listados acima, a Emissora deverá restabelecê-los até o final do trimestre fiscal seguinte;
 - e.2. Para fins do disposto na alínea “e” acima, serão considerados os demonstrativos financeiros não-consolidados da Emissora, onde:
 - e.2.a. “Dívida Líquida”, significa o endividamento oneroso total da Emissora menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;
 - e.2.b. “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), significa o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionada, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento e da energia livre; e
 - e.2.c. “Resultado Financeiro”, significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Emissora ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado “1”.
- f. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R\$

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento.

VI.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula VI.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VI.4. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas VI.1 e VI.2, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá, observados os prazos, as formas e as condições previstos aqui, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

VI.5. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, da data do último pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

VI.6. Independência das Séries. Para que não restem dúvidas, fica desde já certo e ajustado que eventuais decisões tomadas por Debenturistas titulares das Debêntures de uma das séries não vinculam, em hipótese alguma, os Debenturistas titulares das Debêntures das demais séries, sendo a todo e qualquer tempo as mencionadas decisões independentes umas das outras.

VI.7. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas no item VI.1.(h) acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período, escolhido de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

CAPÍTULO VII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VII.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

- a.1. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, contendo ainda demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no item VI.1(i);
- a.2. no prazo de até 60 (sessenta) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no item VI.1(i) desta Escritura;
- a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.28;
- a.5. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002;
- a.6. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.7. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VI – Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.8. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.9. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de seu recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM, na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário em cumprimento a este item a.8.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei n.º 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM n.º 207, de 1 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

suas demonstrações financeiras anuais;

- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- l. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76;
- m. A Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário comprovante de liquidação dos financiamentos indicados nas alíneas (i) e (ii), do item IV.1 supra, em até 30 dias úteis, da data da efetiva liquidação de tais financiamentos.

CAPÍTULO VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

VIII.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

VIII.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;
- j. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- k. que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item V.10. da presente Escritura.

VIII.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, aqui considerados os Debenturistas de todas as Séries, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula VIII.3.4.

VIII.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

VIII.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

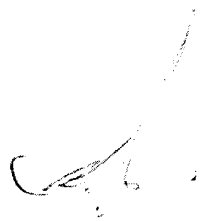
VIII.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

VIII.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

VIII.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

VIII.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

VIII.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.28.



PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

VIII.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

VIII.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.28, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

- k. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5. resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário; e
 - l.10. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;
 - m.4. na sede da BOVESPA e da CETIP; e

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

- m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, na forma da Cláusula V.28, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1. à CVM;
 - q.2. à BOVESPA e à CETIP; e
 - q.3. à Emissora.
- r. administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

VIII.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VI:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

VIII.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, e “c” da Cláusula anterior, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea “d”, da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

VIII.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma: Parcelas anuais de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da escritura de emissão, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;

- a. as parcelas referentes ao item “VIII.6.” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item “VIII.6.”, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada pro-rata die se necessário;
- b. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2,0% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- c. as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- d. a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.
- e. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.



PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

VIII.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

VIII.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

VIII.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM n.º 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

VIII.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

VIII.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula VIII.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

VIII.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO IX – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

IX.1. À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

IX.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das Séries ou de todas as Séries.

IX.2.1. As matérias de interesse específico dos titulares de Debêntures de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por titulares de Debêntures da respectiva série, observado o disposto nos itens abaixo.

IX.3. Convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das Séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures de cada uma das Séries em circulação, ou pela CVM.

IX.3.1. A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

IX.4. Quorum de Instalação. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

IX.4.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

IX.5. Mesa Diretora. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

IX.6. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada Série em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 90%

(noventa por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula VIII.5.1.

IX.6.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

CAPÍTULO X – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

X.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. o prospecto do Programa (“**Prospecto**”) e seu suplemento preliminar e definitivo (“**Suplemento**”) contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes e atualizadas em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou emissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- g. as declarações e informações contidas no Prospecto e no Suplemento prestadas pela Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto e o Suplemento são verdadeiras, consistentes, corretas e completas, e foram elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas no Prospecto e no Suplemento em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos e dos Suplementos, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Suplemento, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto e do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. observado o disposto no Prospecto e no Suplemento, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- k. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas; e
- l. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XI.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados no Capítulo II, exceto o II.1.7, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

XI.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

XI.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM no SND e no BOVESPAFIX; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Instituição Depositária e agência de classificação de risco (*rating*).

XI.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XI.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexeqüíveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XI.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XI.7. Foro. Fica eleito o Foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 6 (seis) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.



Rio de Janeiro, 19 de julho de 2005.



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

Nome: _____

Cargo: _____

ERIK BREYER
*Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores*

Nome: _____

Cargo: _____

PAULO ROBERTO DUTRA
Diretor de Planejamento e Controle

PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

19 JUL 2005

Nome: _____
Cargo: **Maurício da Costa Ribeiro**
Diretor

Nome: _____
Cargo: _____

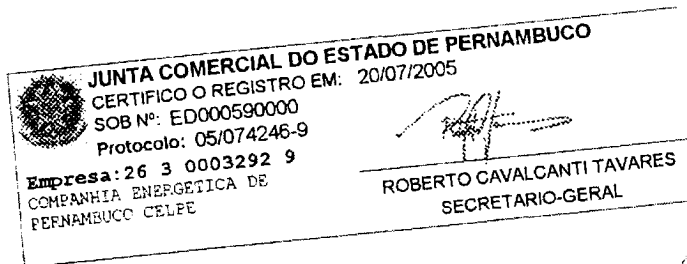
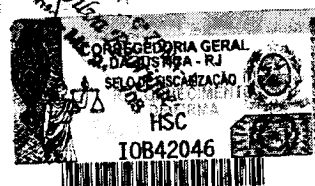
TESTEMUNHAS

1. Nelson Kf
Nome: NELSON SANTOS SILVA
RG nº: 2394703

2. Shela Simone de Fuenca
Nome: _____
RG nº: 4.656.270 SSP/PE

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



178 OFICIO DE NOTAS -- Tabelião: SAUL GUERRA E SILVA
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro, 3806-1006, RJ
 por semelhança a firma de: ERIK DA COSTA BREYER
 Cod: 185F13E86F24
 Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2003, Conf. Loc:
 Em testemunho da verdade, Serventia:
 Diair da Silva Bezerra - Substituto Total : 3,68



179 OFICIO DE NOTAS -- Tabelião: SAUL GUERRA E SILVA
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro, 3806-1006, RJ
 por semelhança a firma de: PAULO ROBERTO DUTRA
 Cod: 160F1306F482
 Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2003, Conf. Loc:
 Em testemunho da verdade, Serventia:
 Diair da Silva Bezerra - Substituto Total : 3,68

